

12 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Cármem Lúcia avaliará conduta de corregedor

João Otávio de Noronha analisa processo no CNJ de interesse de seus filhos advogados

REYNALDO TUROLLO JR.

DE BRASÍLIA

THAIS BILENKY

DE SÃO PAULO

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármem Lúcia, disse à **Folha** nesta quinta-feira (11) que vai avaliar o caso do corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, que não se declarou impedido e analisa no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) uma representação feita por um cliente de seus filhos.

O caso foi revelado nesta quinta pela **Folha**. Cármem Lúcia, que também preside o CNJ, disse que vai ouvir Noronha para depois estudar eventuais providências.

O Código de Processo Civil veda expressamente a atuação de magistrados em processos de interesse de filhos.

Os filhos do corregedor, os advogados Anna Carolina e Otávio Noronha, defendem o prefeito afastado de Bacabal (MA), José Vieira Lins (PP), que quer reverter uma condenação do STJ (Superior Tribunal de Justiça) por improbidade administrativa e dano ao erário que lhe causou a suspensão dos direitos políticos por três anos.

O prefeito tentou anular a decisão do STJ com uma ação rescisória no Tribunal de Justiça do Maranhão, mas foi contrariado pelo desembargador designado relator, José de Ribamar Castro.

Em dezembro, a Prefeitura de Bacabal entrou com repre-

sentação contra o desembargador no CNJ, pedindo que ele seja impedido de julgar o caso. No CNJ, Noronha é quem analisa o pedido do cliente de seus filhos, sobre o qual ainda não há decisão.

Seu filho, o advogado Otávio Noronha, disse que desconhecia a representação.

Nesta quinta, o corregedor afirmou em nota que "a decisão sobre relatar ou não qualquer representação só se dá depois da averiguação feita com pedido de informações sobre o tema e é neste estágio em que está o caso".

Ele, no entanto, já se manifestou em uma das representações e não afastou desembargadoras do cargo, conforme solicitado pela Câmara Municipal de Bacabal.

Noronha ressaltou que, nas duas representações apresentadas no CNJ, "os advogados das partes não têm nenhuma relação" com seus filhos, que advogam para o prefeito no STJ, corte da qual Noronha é ministro.

"Os processos que tramitam no CNJ são investigações disciplinares e não têm nada a ver com os que tramitam no STJ", disse o corregedor.

O ministro Luiz Fux, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) disse que retirou da pauta o julgamento de registro de candidatura de Vieira três vezes para melhor análise e que o retomará em fevereiro.

"Fatos e circunstâncias novas nos processos tramitados na Justiça comum impuseram oitiva da parte contrária."



O corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Entre a moralidade e o caos

SÃO PAULO - Perdoem-me por dizê-lo, mas, se juízes querem agir como revolucionários ou grandes reformadores, escolheram a profissão errada. Deveriam ter abraçado a guerrilha ou, ao menos, a política.

Gostemos ou não, o Judiciário foi concebido para ser o mais conservador dos Poderes da República. Sua missão institucional não é a de promover mudanças sociais, mas sim de dar segurança jurídica, isto é, um horizonte de previsibilidade aos diversos agentes sociais. Juízes mais do que quaisquer outros atores deveriam ter alergia a provocar grandes guinadas. Esse papel, que é importantíssimo, cabe a políticos e a movimentos da própria sociedade.

Até acho que existe espaço para o chamado ativismo judicial, mas ele deve limitar-se à ampliação de direitos individuais já contidos em princípios gerais enunciados na Carta que o Parlamento, por alguma razão, não consegue atualizar. Um bom teste prático é olhar para direitos que já tenham sido consolidados num bom número de democracias mais maduras, como a despenalização do consumo de drogas e do aborto. Em casos assim, creio que as cortes podem "innovar", optando pela autocontenção nas demais situações.

Parece-me especialmente contraproducente quando tribunais "innovam" ao tomar decisões sobre o processo político, por mais nobres que pareçam seus motivos. Infelizmente, é o que vem acontecendo numa escala cada vez mais preocupante. Juízes já não hesitam em inventar e desinventar regras para prender políticos e afastá-los de seus cargos e começaram a palpar até na nomeação de ministros, antigamente uma atribuição do Executivo.

É verdade que o artigo 37 da Constituição diz que todos os atos da administração pública devem ser pautados pela moralidade. Mas existem quase 20 mil juízes no país. Se cada um deles se sentir livre para impor a sua concepção de moralidade, teremos o caos e não a moralidade.

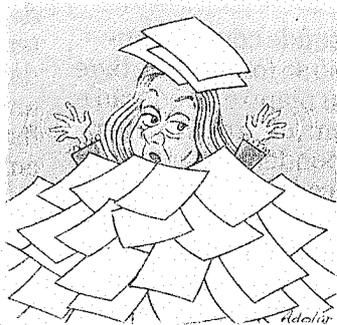
12 JAN 2018

12 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Férias para quem? O processo está puxado para a presidente do STF, Cármen Lúcia. Houve um aumento de 15% no volume de processos que chegaram ao Supremo durante as férias dos ministros neste ano em comparação com o anterior.



Livrai-nos Do dia 20 de dezembro a 6 de janeiro, 538 ações chegaram a Cármen — entre essas, 309 pedidos de habeas corpus.

Me dê motivo A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, rebaixou a subprocuradora Ela Wiecko de função por meio de uma portaria publicada em dezembro. Ela chegou a ser a número dois da PGR na gestão de Rodrigo Janot. Na ocasião, deixou o posto a pedido após ser flagrada em uma manifestação “fora, Temer”.

Sem aviso prévio Wiecko vai deixar de atuar no STF para trabalhar junto ao STJ. A subprocuradora soube da mudança pelo Diário Oficial.

FOLHA DE S. PAULO

REINALDO AZEVEDO

Covardes e 'argumentum ad Lulam'

Os covardes não questionam
nem a Lei da Ficha
Limpa nem a sentença
destrambelhada de Moro

12 JAN 2018

DOIS CASOS evidenciam que a análise política anda coberta pelo véu nada diáfano da pusilanimidade: o julgamento, pelo TRF-4, do recurso de Luiz Inácio Lula da Silva e a liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, disciplinando a condução coercitiva. Conhecíamos o chamado "argumentum ad hominem", que consiste em abandonar o objeto de debate para pôr em descrédito o debatedor. Eis que surge uma novidade no terreno das falácias: o "argumentum ad Lulam".

Nos círculos do inferno deste Dante da periferia, só uma categoria de abjetos disputa com a dos desleais os rigores da danação: a dos covardes. A covardia é um traço de caráter. Está em todos os lugares: no Congresso, na imprensa, nos tribunais...

A conspiração dos fracotes morais é um desastre civilizacional. Se ainda não o fizeram, leiam "O Primo Basílio", de Eça de Queirós. Imaginem um mundo governado por "Criadas Julianas", em que o ressentimento se finge de justiça; a mesquinharia, de remissão; o interesse argentário, de imperativo categórico.

Eis que começam a pulular na imprensa artigos supostamente isentos questionando a legitimidade de uma eleição sem Lula, dado que, nas pesquisas, ele aparece margeando os 40% no primeiro turno, vencendo por boa diferença, no segundo, todos os eventuais adversários. Incomoda-me menos a estupidéz da especulação do que a... covardia. Olhem ela aí! Por que isso? Caso o petista se torne inelegível em 2018, será consequência da "Lei da Ficha Limpa".

Pois é... Fui um severo crítico des-

blog e as porradas que levei à direita e à esquerda. André Singer, por exemplo, não colaborou. A ele e aos seus, pareceu normal que uma lei violasse a presunção da inocência. O fim desse fundamento começou a ser articulado pelos professores de "direito petista", na década de 80. Deltan Dallagnol é filho do "Direito Achado na Rua". Pior: ela se oferecia para corrigir a vontade do eleitor, certa ou errada, pela via cartorial. Mas quem se importava com a questão a não ser a meia dúzia de liberais brasileiros, que deveriam ser preservados para interesse da ciência?

A lei é tosca, mas é a lei. E terá de ser cumprida enquanto não for mudada. O que fazem os covardes? Defendem a elegibilidade de Lula, ainda que com condenação confirmada, mas não atacam o fundamento legal que o impediria de disputar. Pior: nem mesmo o establishment do PT tem coragem de dizer com todas as letras: Sergio Moro condenou o chefão petista sem provas. Não estão no processo ao menos.

Então surge o "argumentum ad Lulam": ele tem de ser candidato por ser quem é e porque parte considerável do eleitorado, com efeito, quer isso, pouco importa a questão legal. Os covardes não questionam nem a "Lei da Ficha Limpa" nem a sentença destrambelhada de Moro. Preferem evocar a "exceção lulista". Bem, alguém se surpreende que petistas e assemelhados escolham o caminho da depredação institucional em defesa dos próprios interesses?

E Mendes? Ainda voltarei ao assunto, nas dou a largada. Fez o óbvio e disciplinou, com uma liminar ainda a ser apreciada pelo plenário, a folia da condução coercitiva. Foi re-

pujado como cão sarnento. E, ora vejam!, nem o PT nem OAB, autores da demanda, saíram em defesa não do ministro, mas do fundamento constitucional que ampara a liminar.

Que eu saiba, só defenderam a decisão a Associação Brasileira de Advogados Criminalistas e o Instituto dos Advogados Brasileiros. Acovardaram-se, entre outros grupos influentes, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, o Instituto dos Advogados de São Paulo, a Associação dos Advogados de São Paulo e vai por aí. E, claro!, o silêncio mais eloquente foi o da... OAB! Mais uma vez!

Sei o que me custaram no passado opiniões que divergiram da preguiça moral da Marcha dos Covardes. Sei o que me custam hoje. Não reivindico heroísmo nenhum. O herói, entendo, é aquele que tinha a pusilanimidade como alternativa. Nunca tive. Vai ver me falta imaginação para a covardia convicta.

FOLHA DE S. PAULO

RÊNATO TERRA

Carta ao Moro brasileiro

Nasci numa família pobre,
passei fome e o realizei
milagre da multiplicação
de pães neste país

12 JAN 2018

MEUS AMIGOS e minhas amigas,

Nunca antes da história deste país, um presidente precisou escrever duas cartas. Em 2002, o mercado estava mais assustado do que a Regina Duarte. Agora, quase 16 anos depois, quem precisa de um Rivotril é o Judiciário.

Eu fiz o melhor governo da história deste país. Ou seja: da Bolsa de Valores ao Bolsa Família, todo mundo tirou o atraso. Ganharam os garis e ganharam os banqueiros. E, claro, ganharam Marcelo Odebrecht, Nestor Cerveró, Zé Dirceu, Sérgio Cabral e uma turma grande que não cabe aqui.

Eu ganhei a maior acusação que este país já conheceu.

Em seu relatório, o juiz de primeira instância Sergio Moro foi incapaz de mostrar uma evidência sequer de que o correto é triplex e não triplex. Em 238 páginas, não há um fato concreto que me ligue a Luiz Inácio da Silva. Meus pedalinhos, comprovei, são constitucionais.

Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Galvão Bueno não foram capazes de criar melhores metáforas futebolísticas do que eu neste país.

Tentar marcar o meu governo pela corrupção é como anular o Campeonato Brasileiro do Corinthians por causa do gol de mão do Jô. O Corinthians, aliás, fez o melhor Campeonato Brasileiro da história deste país.

Os juízes do TRF4 terão que colocar a mão na consciência antes de punir toda a torcida do Timão.

Um recado final:

Aos militantes que sempre me apoiaram, um Brasil com 247 abraços para cada um de vocês.

Aos eleitores que se sentiram traídos pelas denúncias, pelas fotos com o Léo Pinheiro no triplex, pelos apoios recentes que dei a Renan Calheiros e Sérgio Cabral, deixo os versos cantados por Alexandre Pires: "Tô fazendo amor com outra pessoa / Mas meu coração / Vai ser pra sempre seu". #pas

Seguirei, de pés descalços, minha caminhada. Nasci numa família pobre, passei fome e consegui realizar o milagre da multiplicação de pães neste país. Ressuscitei muitos Lázarus. Passei muitos sermões no Planalto Central.

Alguns me atiram pedra, outros tentam me crucificar.

O fato é: eu voltei.

Para efeitos legais, esta carta não foi escrita por mim, mas por um amigo.

Assinado,
Jesus Cristo

12 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

Bolsonaro volta a criticar a Folha e defende uso de auxílio-moradia.

Em entrevista à Folha, o presidenciável e deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) voltou a criticar o jornal e a defender o recebimento de auxílio-moradia da Câmara, mesmo tendo imóvel próprio em Brasília. Ao ser questionado sobre o uso do benefício para pagar o apartamento, o deputado afirmou que estava solteiro à época e utilizou o dinheiro para "comer gente".

ENTREVISTA JAIR BOLSONARO

Daqui a pouco vão querer pegar minha mãe, com 91 anos

DEPUTADO CRITICA APURAÇÃO SOBRE SEU
PATRIMÔNIO E DIZ QUE PRETENDE VENDER IMÓVEL
EM BRASÍLIA E PEDIR APARTAMENTO DA CÂMARA

CONTINUA

Em entrevista à **Folha**, Jair Bolsonaro voltou a criticar o jornal e a defender o recebimento de auxílio-moradia da Câmara, mesmo tendo imóvel próprio em Brasília. Ele disse que pretende vendê-lo e pedir apartamento funcional.

“Como eu estava solteiro naquela época, esse dinheiro de auxílio moradia eu usava pra comer gente, tá satisfeita agora ou não?”, disse.

Bolsonaro afirmou ter cometido um deslize em 1999 quando afirmou, em entrevista, que sonegava impostos, recomendação que transmitia a toda a população.

A entrevista não foi agendada. A **Folha** encontrou-se com o presidenciável na porta de sua casa em Angra dos Reis, durante apuração sobre servidora lotada em seu gabinete. (CAMILA MATTOSO, ITALO NOGUEIRA E RANIER BRAGON)

Folha - Por que o senhor não respondeu às 32 perguntas que a Folha mandou?

Jair Bolsonaro - Eu tenho obrigação? É CPI agora? Pergunta ao vivo que eu te respondo. Eu tô gravando agora.

O senhor falou que está pensando em abrir mão do auxílio moradia e vender seu apartamento?

Sim, olha só. O que eu devo fazer? Chegando lá em janeiro, acabando o recesso [parlamentar] eu vou pedir o apartamento funcional, inclusive tem mais ou menos 60 metros quadrados [o dele], vou passar para um de 200 metros quadrados, espero que pegue com hidromassagem, ok?

O senhor utilizou, em algum momento, o dinheiro que recebia de auxílio-moradia para pagar esse apartamento?

Como eu estava solteiro naquela época, esse dinheiro de auxílio moradia eu usava pra comer gente, tá satisfeita agora ou não? Você está satisfeita

agora? Porque essa é a resposta que você merece.

Não, deputado, calma, o senhor está...

O dinheiro que entra do auxílio-moradia eu dormia em hotel, eu dormia em casa de colega militar em Brasília, o dinheiro foi gasto em alguma coisa ou você quer que eu preste continha: olha, recebi R\$ 3 mil, gastei R\$ 2 mil em hotel, vou devolver mil, tem cabimento isso?

Auxílio moradia, na avaliação do sr., é uma parte do seu salário?

O que entra na minha conta, eu uso.

Mas isso não entra na conta, o senhor recebe em dinheiro.

Tem o valor exato, deve ser R\$ 1.500 meu condomínio lá em Brasília. R\$ 1.500. Condomínio. O que mais eu tenho lá? Eu pago IPTU, eu não sei quanto é de IPTU. Se for ver, R\$ 300 por mês, 200. No final, equivale essa conta.

Tem 27 parlamentares que nem usam funcional e também não usam auxílio moradia. Considerando que o sr. tem apartamento lá, não seria essa uma possibilidade? O salário que recebe como parlamentar não seria suficiente pra pagar condomínio, IPTU?

Você está colocando em situação de desigualdade. Tem deputado que tem dezenas, centenas de imóveis no seu Estado. Tem parlamentar rico. O cara tem 200 apartamentos aqui. Eu tenho, não sei, 4 ou 5 aqui. Há uma diferença entre nós. Eu vivo disso.

Vamos falar do seu patrimônio. O sr. estava criticando o fato de a Folha ter divulgado o valor do patrimônio do sr., da sua família.

Peraí, você tem que divulgar é o meu patrimônio. Daqui a pouco vão querer pegar minha mãe, com 91 anos de idade. Começar a levantar a vida dela.

Pegamos só dos parlamentares.

Peraí. Tem que pegar o meu. Esquece meus filhos. Se o meu filho assaltar um banco agora ou ganhar na Mega Sena, é problema dele, não é meu. Patrimônio meu está aí. O Ministério Público vai atrás, não desqualifica a denúncia sendo anônima. Investigou. O Janot [ex-procurador-geral da República] disse, dos meus dois imóveis no Rio. Não tinha qualquer indício de crime na transação.

Mas o senhor não acha curioso, desculpa, o senhor não acha estranho, o fato de ela [a ex-proprietária] ter comprado quatro meses antes por R\$ 580 mil?

Não acho estranho.

Ela ter declarado à Folha que reformou o imóvel para vender e depois da reforma ela vendeu por R\$ 400 mil?

Quando eu entrei na casa, ela estava pintada, ela estava caiada, a reforma foi cair a casa, mais nada. Aquilo não foi reforma que fizeram. Tanto é que, quando eu entrei, tive que refazer tudo. O mais fácil, se eu tivesse recurso, era botar a casa no chão e fazer outra.

O ITBI estava calculado em R\$ 1 milhão e o senhor pagou R\$ 400 mil.

O ITBI não é em função do que você paga, ele é em função do valor venal, você não tem como sonegar o ITBI.

Há diferença entre o que o senhor pagou e o que foi calculado pela prefeitura. A que o senhor atribui essa diferença?

O meu corretor que fez a compra. Você acha que foi sair de Brasília e ficar 2, 3 dias correndo cartório, tirando certidões negativas, o corretor que fez.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Em 1999, o senhor declarou em uma entrevista que sonegava, defendia a sonegação. Esse modelo de compra que o senhor fez, o Coaf classifica atualmente como uma operação sob suspeita de lavagem de dinheiro e sonegação de impostos. O senhor sonegou impostos nessa operação?

Quando eu falei que sonegava... quem hoje em dia e no passado nunca se indignou com a sua carga tributária? Quem quer ter segurança tem que fazer o quê? Segurança particular, quem quer ter saúde, tem que colocar o filho em escola particular...educação. Quem quer ter saúde, precisa ter um plano. Foi um desabafo, e desabafo hoje de novo também. Hoje o povo, como um todo, só não sonega o que não pode, e é uma verdade isso daí. Eu, representando o povo, desabafei naquele momento isso.

Mas o sr, como homem do povo, o sr. acha...

Não é justo você sonegar. O injusto é o governo não dar nada em troca dos impostos que estão sendo arrecadados.

O sr. declarou que sonegou.

Eu nunca soneguei. 'Eu mato tudo quanto é bandido que vier pela frente'. Matei algum bandido? Eu não sonego nada. Se houve um deslize num palavreado meu, é uma coisa. O que eu tava é reverberando a indignação popular.

Foi um deslize do sr.?

Hoje em dia, sim. Com a situação que estou, vou falar que foi deslize. Se eu chegar à Presidência, nós vamos tratar o dinheiro com zelo.

“ Quando eu falei que sonegava... quem hoje em dia e no passado nunca se indignou com a sua carga tributária? Quem quer ter segurança tem que fazer o quê? Segurança particular, quem quer ter saúde, tem que colocar o filho em escola particular (...) Foi um desabafo, e desabafo hoje de novo também

Como eu estava solteiro naquela época, esse dinheiro de auxílio-moradia eu usava pra comer gente, tá satisfeita agora ou não? Você está satisfeita agora? Porque essa é a resposta que você merece

O PATRIMÔNIO DOS BOLSONARO

Deputado critica jornal após reportagem sobre evolução de bens

ENTENDA O CASO

CRESCIMENTO

Em reportagem publicada em 7.jan a Folha mostrou que Jair Bolsonaro e seus três filhos políticos multiplicaram o patrimônio na política, tendo hoje 13 imóveis em pontos valorizados do Rio e de Brasília, com preço de mercado de pelo menos R\$ 15 milhões

Os imóveis dos Bolsonaros

- Apartamento
- Casa
- Sala comercial
- Lote



Valor total

Ao menos R\$ 15 milhões

R\$ 10 mil*

Em 1988

Em 2017

AUXÍLIO-MORADIA

Em 8.jan, o jornal relatou também que o presidencial e seu filho Eduardo, deputado federal como o pai, recebem mensalmente R\$ 6.167 de auxílio-moradia da Câmara mesmo tendo apartamento próprio em Brasília

Valores arrecadados**

R\$ 622 mil por Bolsonaro

CONTINUA

R\$ 107 mil por Eduardo

12 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OUTROLADO

● Procurados antes da publicação das reportagens, os 4 políticos não responderam aos questionamentos; Carlos Bolsonaro respondeu de forma genérica que seu patrimônio é modesto e igual há anos

● Em vídeo na noite de quarta (10), Bolsonaro critica a soma do patrimônio dele e de seus filhos pela reportagem e diz estar propenso a vender seu apartamento e ocupar um imóvel funcional da Câmara

*Valores atualizados para real
**Valor nominal da época, considerando desconto de imposto de Renda.
Deputados que apresentam comprovante de aluguel podem receber valor integral, sem desconto do IR
Fonte: Justiça Eleitoral e cartórios

12 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

STF amplia poder do Conselho de Justiça

● **Contrate**
“Mas, como o próprio órgão controlador (*Supremo*) conferiu esse poder, se mudar de ideia, pode rever a decisão.”
Valter Shuenquener

PROFESSOR DE DIREITO DA UERJ

Corte publica acórdão que autoriza órgão a descumprir lei que julgar inconstitucional

Marianna Holanda

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou um acórdão que dá mais poder ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A decisão unânime dos ministros permite ao órgão não aplicar leis que considere inconstitucionais.

Na prática, o conselho poderá, previamente, sem passar pelo Judiciário, suspender a criação de um novo auxílio a um Tribunal de Justiça, por exemplo.

O caso que levou ao entendimento é de 2009, quando o Tribunal de Justiça da Paraíba pediu a contratação de cem comissionados e o CNJ suspendeu por considerar irregular a lei que deu base à proposta. A decisão do Supremo é de dezembro de 2016, mas o acórdão só foi publicado no mês passado. Procurado, o CNJ informou que não se manifesta sobre decisões da Corte.

Apesar de a decisão tratar expressamente do conselho, ela abriu precedente para que outros órgãos administrativos também não apliquem leis que considerem inconstitucionais. A prática, segundo argumento do ministro Gilmar Mendes em seu voto à época, já é recorrente entre governadores e prefeitos.

Ex-integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e professor de Direito Administrativo da UERJ, Valter Shuenquener chama a decisão de um “voto de confiança” nos órgãos. “Se não for assim, só podemos contestar a lei via ADI (*Ação Direta de Inconstitucionalidade*), que raramente é decidida monocraticamente, aí tem de esperar pronunciamento do plenário do Supremo”, afirmou.

Shuenquener disse que há “medo” de o poder ser excessivo. “Mas, como o próprio órgão controlador (*Supremo*) conferiu esse poder, se mudar de ideia, pode rever a decisão.”

Prerrogativa. O professor de Direito Constitucional do Instituto de Direito Público de Brasília Daniel Falcão afirmou que declarar uma lei inconstitucional continua uma prerrogativa do Poder Judiciário.

Na avaliação do professor de Direito Público da PUC-SP Eduardo Martines Jr., a dificuldade de se entender o acórdão do STF é pelo “momento que estamos vivendo”. “É preciso entender que este não é mais um episódio do tal ativismo judicial, da separação de Poderes,

que tanto tem sido discutido”, afirmou Martines.

Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC-SP, considerou a decisão “totalmente correta”. Ele avaliou que ela só inverte quem vai a juízo: antes era o CNJ que teria de ir à Justiça contra uma lei que julgasse inconstitucional. “Não traz insegurança jurídica”, disse Serrano.

CONTINUA

ENTREVISTA CONTINUAÇÃO

Maurício Leite Valeixo, novo superintendente da Polícia Federal no Paraná



Investigação. Para Valeixo, Lava Jato como modelo de combate à corrupção é 'definitivo'

'A ideia é ter o maior número exclusivo de policiais na Lava Jato'

Novo chefe da PF no Paraná diz que, em 2018, a prioridade é concentrar esforços para concluir 'todas as investigações'

Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

Fausto Macedo

O novo superintendente da Polícia Federal no Paraná, Maurício Leite Valeixo, afirmou que haverá "reforços" e volta de atuação "exclusiva" da equipe para conclusão das investigações da Operação Lava Jato em Curitiba, onde começaram as apurações sobre corrupção na Petrobrás, em março de 2014.

"O objetivo é uma concentração de esforços para concluir procedimentos penden-

tes. Concluir todas as investigações", disse Valeixo, de 50 anos, ao Estado.

● O sr. já tem um diagnóstico da situação na PF do Paraná, para um planejamento para 2018?

A prioridade que nós temos é com a equipe da Lava Jato que permanece. Isso já foi encaminhado para Brasília, o planejamento operacional, com relação ao apoio de pessoal e recursos para a Lava Jato em 2018. Foi encaminhado para o diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado, doutor Eugênio Ricas, que já concordou com o planejamento.

● O sr. pode falar o que pediu nesse planejamento?

A ideia com relação à Lava Jato é uma concentração de esforços em 2018: reforço de poli-

Delegado assume divisão em Brasília

● O delegado de Polícia Federal Márcio Adriano Anselmo, responsável pela investigação originária da Operação Lava Jato, vai para Brasília, em missão especial. Ele aceitou o convite para assumir a Divisão de Repressão aos Crimes Financeiros (DFIN), uma das mais importantes unidades na estrutura da corporação. /R.B.

ciais, peritos, analistas e delegados para uma concentração de esforços para condução das linhas de investigação que estão tramitando no Paraná.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

12 JAN 2018

● **Então a Lava Jato não acaba**

em 2018, em Curitiba? Há muito trabalho ainda?

Exatô. O objetivo é uma concentração de esforços para concluir procedimentos pendentes, a ideia é concluir todas as investigações, em uma concentração de esforços.

● **O sr. pediu aumento de efetivo?**

Sim. É um planejamento operacional. O pleito envolve um recurso específico para a Lava Jato, como já ocorreu em anos anteriores, então vêm recursos para a superintendência, mas só para utilização na Lava Jato. Para diária, passagens...

● **Os policiais vão voltar a atuar com exclusividade na Lava Jato, como ocorria antes do fim do grupo de trabalho, em 2017?**

A ideia é, com essa concentração de esforços, ter maior número possível de policiais dedicados exclusivamente às investigações da Lava Jato.

● **Há muito trabalho para 2018? Decifrar os dados do Drousys, sistema de comunicação da Odebrecht, é um deles?**

Há uma expectativa. O sistema Drousys está em fase de análise para fins de perícia, então, pelo volume de informações que ele contém, há uma expectativa de muito trabalho.

● **A Lava Jato corre o risco de acabar?**

A Lava Jato como modelo de combate à corrupção é algo definitivo no Brasil. Não vai acabar. Naturalmente, o trabalho tem linhas ascendentes, com muito trabalho (*em uma fase*), mas chegou a um determinado momento, no Paraná, que atingiu investigados com prerrogativa de foro e passou para o Supremo (*Tribunal Federal*). Você pode ver isso como esvaziamento? Não, isso é um processo natural de uma investigação que acaba atingindo determinadas esferas.

● **O sr. defende o acesso aos inquéritos policiais?**

Considerando o perfil da investigação... estamos falando de recursos públicos. Eu defendo a publicidade, desde que não haja prejuízo às investigações. Tem de tomar cuidado para que não seja feito no momento errado.

A batalha publicitária de Porto Alegre

O que pretendem Lula e a esquerda com a despropositada e aberta contestação à legitimidade da Justiça para julgá-lo no recurso que encaminhou ao Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4)? A pergunta faz sentido porque:

- quem provocou esta fase processual foi o próprio Lula, usando um direito seu de recorrer da decisão de primeira instância;
- antes desta fase, Lula participou das anteriores, sem contestar o direito/dever que o juiz singular tem de sentenciá-lo;
- o ex-presidente certamente não se esqueceu de que, ao tomar posse, jurou solenemente cumprir e fazer cumprir a Constituição que agora está afrontando;
- Lula e seus advogados sabem que estão contestando um princípio geral do Direito que é um dos fundamentos da ordem jurídica: “ninguém pode ser juiz em causa própria” (*nemo iudex in causa sua*). Derrubado este princípio, a sociedade retrocede para o estado de natureza hobbesiano, isto é, quem detiver o poder político também terá o poder de julgar, inclusive de julgar em causa própria;
- além disso, ao desafiar e ameaçar os juízes de maneira tão agressiva, está criando um sentimento de autodefesa institucional inevitável, que em nada contribui para seu objetivo de revogar a decisão que o condenou;
- ao escolher o Poder Judiciário como inimigo, aposta numa estratégia anti-institucional, anti-democrática e possivelmente autodestrutiva que até agora não funcionou. Ataca e constrange quem vai julgá-lo, sem saber o resultado do julgamento. Diante deste tipo de ataque, amplificado pela inusitada mobilização política para o dia do julgamento, co-

Num exercício de ‘faz de conta que’, o PT e as esquerdas optaram pela negação da realidade

mo seria visto o Judiciário, se viesse a acolher seu recurso? Para muitos, pareceria que se acovardou. Embora essa situação hipotética não deva afetar a decisão de um tribunal que preza sua independência, como é o caso do TRF-4, por certo abala os argumentos de recurso, trasladando seu autor da condição de vítima para a de agressor;

● este aspecto da estratégia adotada só faz sentido se ele está convencido de que: 1) vai ser novamente condenado neste julgamento; ou 2) sabe que este talvez seja seu “canto do cisne” e que não terá outra oportunidade tão favorável para produzir um ato político de grande envergadura em seu apoio. Esses dois aspectos implícitos em sua decisão são decorrências lógicas da opção por este curso de ação;

● Lula, ao agir assim, deve também saber que o País e as instituições não vão cair de joelhos e pedir-lhe desculpas, atitude de que, segundo ele, é merecedor. Como tal, seu comportamento revela, ainda, seu pessimismo quanto ao desfecho do julgamento.

Entretanto, como hábil político que inegavelmente é, sua opção pela contestação da independência do Poder Judiciário e até mesmo da legitimidade da democracia indica a opção por uma estratégia vitimista. Em caso de condenação, o ressentimento deverá ser a base emocional para a mobilização política no pós-julgamento. É a opção política própria do derrotado: voltar-se contra o regime político sob o abrigo do qual “seus inimigos” o derrotaram.

A ser correta essa análise, fica evidente que Lula, o PT e as esquerdas continuam falando “para dentro”. Discursam para quem lhes garante o aplauso certo; escrevem e criam fatos para convencer os que já estão convencidos.

Estrategicamente, a manifestação em Porto Alegre não é uma batalha jurídica, e sim uma batalha publicitária que busca – pelo tamanho do público, oratória, slogans, comportamentos e cobertura midiática – manter eleitores fiéis e atrair indefinidos. Batalha publicitária paga, entretanto, com danos causados à já severamente comprometida institucionalidade democrática brasileira.

Sempre será possível reunir militantes e simpatizantes vindos de todo o País num único lugar. Não é difícil, havendo recursos e relações pessoais, atrair políticos, intelectuais e simpatizantes de outros países, e é fácil trazer artistas e intelectuais, professores e alunos.

O profissionalismo e a competência dos responsáveis pela Lava Jato tismaram o PT com a marca da corrupção. As derrotas políticas e eleitorais no País e de regimes de esquerda na América Latina, sobretudo a situação trágico-patética da Venezuela, não levaram o PT e as esquerdas a repensar criticamente sua situação.

Num exercício de “faz de conta que”, optaram pela negação da realidade. Essa negação, porém, colidiu com a consciência da realidade pela população e acabou se tornando o discurso único da esquerda. A insistência em falar “para dentro” resulta da insegurança e da incerteza no resultado político de falar para “os de fora”, além da perturbadora desconfiança sobre a consistência e permanência dos resultados das pesquisas.

CONTINUA

12 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Foi a pesquisa que trouxe oxigênio para a sobrevivência política, e com ela a esperança, já que sem ela o quadro político seria muito diferente. A posição de liderança de Lula nas pesquisas eleitorais trouxe a esperança de uma recuperação e até, quem sabe, a esperança de um perdão.

Há dois fatores, entretanto, que, não obstante a qualidade das pesquisas, podem provocar mudanças nos seus principais resultados: o fator tempo e o fator grau de conhecimento dos candidatos pelo eleitor.

Estamos ainda distantes da campanha presidencial. Nem os atuais pré-candidatos nem a posição relativa de Lula devem ser encarados como definitivos. Grande parte dos eleitores se decide durante a campanha. Além disso, acredito que há pelo menos dois possíveis candidatos que ainda não estão na disputa.

O segundo fator diz respeito à variável conhecimento. Eleitor não vota em candidato que não conhece. É óbvio que nesta fase inicial há uma enorme diferença entre o grau de conhecimento de Lula e o dos demais pré-candidatos. Com o andamento da campanha e o crescente conhecimento dos demais candidatos, este quadro inicial de preferências pode mudar.

Considerações como estas certamente não são ignoradas pela equipe política de Lula e devem justificar a necessidade de politizar seu julgamento, de mantê-lo no centro do processo eleitoral por via de controvérsias, mesmo que não possa concorrer.

●
PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA,
EX-REITOR DA UFRGS, É CRIADOR E
DIRETOR DO SITE 'POLÍTICA PARA
POLÍTICOS'

12 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Piauí vai ao Supremo e acusa União de segurar empréstimo

Estado diz que Caixa e Tesouro não repassaram R\$ 315 milhões por razões políticas e que está sendo prejudicado

Amanda Pupo
Rafael Moraes Moura
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O Piauí recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar obrigar a Caixa Econômica Federal a assinar um contrato de empréstimo e liberar R\$ 315 milhões para o governo estadual. A Procuradoria-Geral do Piauí argumenta que o Estado, governado pelo petista Wellington Dias, foi prejudicado por não estar alinhado politicamente com o governo federal.

Ação foi encorajada pelas recentes declarações do ministro da Secretaria de Governo, Car-

• Cálculo
R\$ 2,5 bilhões
é quanto a Caixa está liberando para Estados e Municípios sem garantias da União

R\$ 315 mi
é o valor do empréstimo que o Piauí deve receber e que está parado por razões técnicas, segundo o Tesouro nacional

los Marun, que admitiu negociações para liberar financiamentos da Caixa aos Estados em troca de apoio à reforma da Previdência. A União e o banco, porém, alegam que o trâmite está correndo normalmente e que a ação não teria cabimento.

Como mostrou o *Estado*/Broadcast, a Caixa recebeu autorização para liberar R\$ 3,4 bilhões para Estados e municípios desde outubro do ano passado até os primeiros dias de 2018, sendo R\$ 2,5 bilhões sem garantias da União, em operações diretas com os governos regionais. A operação do Piauí está entre as que foram autorizadas com aval do Tesouro Nacional, mas o contrato ainda não foi assinado por questões técnicas e necessidade de reapresentação de documentos.

De acordo com o Tesouro Nacional, o primeiro despacho de autorização do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ocorreu em julho, mas o contrato não foi assinado até o fim de setembro, o que demandou nova verificação de limites e condições para a transação. Novo despacho autorizou a concessão da garantia em novembro, mas não houve encaminhamento até a virada do ano. "O Tesouro já está concluindo essa atualização e dentro dos próximos dias deverá encaminhar o processo à PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional)", informou o Tesouro em nota.

Procuradoria cobra R\$ 130 mi de ex-prefeito

O Ministério Público Federal no Pará cobra R\$ 130 milhões do ex-prefeito de Belém Duciomar Costa (PTB), o "Dudu", e outros seis investidores na Operação Forte do Castelo. O montante se refere ao valor de três licitações, que, segundo os procuradores, teriam sido fraudadas. O ex-prefeito foi preso em dezembro, por ordem da Justiça Federal no Pará. A defesa de Dudu nega as acusações.



Julgamento de Lula altera rotina do TRF-4

O julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no próximo dia 24 provocou mudanças na rotina do Tribunal da Lava Jato. Ontem, o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), sediado em Porto Alegre, informou que os prazos e as intimações nos processos físicos e eletrônicos em curso na Corte foram suspensos nos dias 23 e 24. O expediente também será alterado nessas datas.

Juiz notifica PR para afastar Garotinho

O juiz da 98.ª Vara Eleitoral do Rio, Raph Machado Manhães Júnior, notificou o PR para que mantenha afastados Anthony Garotinho, presidente estadual, e Antônio Carlos Rodrigues, presidente nacional, de suas funções. Ambos são alvo da Operação Caixa D'Água, que os investiga por repasse de R\$ 3 milhões da JBS para a campanha do ex-governador em 2014. Rodrigues é acusado de operacionalizar o dinheiro. A reportagem não conseguiu contato com as defesas de Garotinho e de Rodrigues.

12 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

Justiça atrasa privatização da Eletrobras

Liminar suspende MP que permitia venda da estatal federal e de suas subsidiárias; AGU vai recorrer

Folhapress

São Paulo – O juiz Carlos Kitner, da 6ª Vara Federal de Recife, concedeu nesta quinta-feira (11) uma liminar (decisão provisória) para suspender o Artigo 3º da MP (Medida Provisória) 814, editada em 29 dezembro de 2017, que retirava de uma das leis do setor elétrico a proibição de privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias.

A ação popular havia sido aberta nesta semana pelo advogado Antônio Accioly Campos. Ele questionou a revogação, pela MP, do Artigo 31 da Lei 10.848/2014, que excluía a Eletrobras e suas controladas – Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – do Programa Nacional de Desestatização.

Na decisão, Kitner afirma que o governo federal não justificou a urgência de editar uma MP “no apagar das luzes” do ano passado “para alterar de forma substancial a configuração do setor elétrico nacional”. As informações são da Agência Brasil.

Segundo o juiz, apesar de haver estudos sérios que atestam o crescente endividamento das empresas públicas do setor elétrico, as leis

sobre o setor não poderiam ser modificadas sem a “imprescindível” participação do Congresso Nacional nas deliberações sobre o tema.

“Lado outro, a estratégia de governo federal de se valer do recesso do Parlamento e das principais instituições públicas envolvidas, para editar uma medida provisória, por si só, está a indicar que há risco iminente de alienação à iniciativa privada das estatais do setor elétrico, sem o devido respeito às regras constitucionais de edição de leis ordinárias, caso não intervenha o Poder Judiciário”, escreveu o juiz.

Ele pediu que uma outra ação sobre o mesmo assunto, aberta pelo deputado Danilo Cabral (PSB-PE), mas distribuída para outra Vara Federal, seja alvo da mesma decisão, por prevenção. Pernambuco abriga a sede da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), uma das principais subsidiárias da Eletrobras.

Ao menos desde os governos de Eduardo Campos (2006-2014), irmão do advogado Antônio Campos, a empresa tem a ocupação de seus cargos influenciada pelo PSB. Procurada, a AGU (Advocacia-Geral da União) informou que vai recorrer da decisão.

DERRUBADA

Em nota, o Ministério de Minas e Energia (MME) disse que encaminhará à Justiça manifestação legal sobre o assunto e que confia na derubada da liminar.

A pasta rebateu os argumentos do juiz, afirmando que, em sua exposição de motivos ao Congresso, o governo explicitou que a MP 814 não tinha o objetivo de antecipar “discussões de mérito relacionadas ao tema”, que ainda serão alvo de projeto de lei.

“O MME reitera que o detalhamento que será encaminhado ao Congresso Nacional reconhece que a União, como controladora majoritária, não tem a condição de prover os recursos de que a empresa necessita para preservá-la como uma corporação brasileira, conciliando competitividade, valorização da empresa e desoneração dos contribuintes, evitando o desperdício de recursos públicos escassos no pagamento de ineficiências, e beneficiando os consumidores pela promoção e inovação no setor elétrico”, diz a nota.

12 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

66 LUIZ GERALDO MAZZA

Um corregedor do Conselho Nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, acha que pode relatar caso que envolve seus filhos advogados

O que pode e não pode

Um corregedor do Conselho Nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, acha que pode relatar caso que envolve seus filhos advogados, apesar da vedação expressa do Código de Processo Civil a magistrados em processos de interesses familiares. Já a deputada federal Cristiane Brasil segue impedida de tomar posse no Ministério do Trabalho, conforme entendimento do TRF-2, que negou o recurso.

Apesar das críticas de que a Justiça extrapola limites, os conflitos seguem seu curso normal e aqui no Paraná a notícia de que o caso do Anexo do Tribunal de Contas teria sido arquivado pelo Judiciário levaria o Ministério Público a recorrer. Todos se lembram do alto servidor do TC flagrado levando R\$ 200 mil do ganhador da licitação, que acabou anulada, e também a gravação do Gaeco, que permitiu a cena, e acabou vista como irregular por uma câmara criminal do Tribunal de Justiça. Não se sabe quem era o destinatário da propina e o assunto teria sido levado também ao Conselho Nacional de Justiça.

Como tudo se resolve com rituais, poderíamos imaginar uma sequência em que o funcionário da hierarquia devolveria a grana para o doador, pois afinal o crime deixou de existir com a inexistência da licitação, algo assim como se resolvesse o caso da mala de Rodrigo Rocha Loures com ele devolvendo o conteúdo ao pessoal remetente da JBS. Mais um pouquinho e alguma jurisprudência parecida livraria a angústia do Geddel Vieira Lima da posse de R\$ 51 milhões que não pode desfrutar.

Não é bem assim até porque a opinião pública está muito ligada e tanto que em pouco tempo se descobriu a série de mazelas da ministra do Trabalho que não assumiu e que costuma fazer dobradinha com uma tia da sua chefe de gabinete em negócios de locação de veículos.

Se dentro do Conselho Nacional de Justiça, instância de controle do Poder Judiciário, se dá um caso de incompatibilidade funcional com sua segunda figura na hierarquia, o Corregedor, percebe-se que as ilusões geradas pela Lava Jato cada dia se tornam mais visíveis.

12 JAN 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça suspende a privatização da Eletrobras

Para juiz, governo não justificou urgência para editar MP



O juiz Carlos Kitner, da 6ª Vara Federal de Recife, concedeu ontem uma liminar para suspender o Artigo 3º da Medida Provisória (MP) 814, editada em 29 de dezembro de 2017, que retirava de uma das leis do setor elétrico a proibição de privatização da Eletrobras e de suas sub-

sidiárias. Na prática, a decisão suspende toda e qualquer medida em relação a uma possível privatização da Eletrobras.

Na decisão, Kitner afirma que o Governo Federal não justificou a urgência de editar uma MP "no apagar das luzes" do ano passado "para alterar de forma substancial a configu-

ração do setor elétrico nacional". Segundo o juiz, apesar de haver estudos sérios que atestam o crescente endividamento das empresas públicas do setor elétrico, as leis sobre o setor não poderiam ser modificadas sem a "imprescindível" participação do Congresso Nacional nas deliberações

sobre o tema.

Ele determinou que outra ação sobre o mesmo assunto, aberta pelo deputado Danilo Cabral (PSB), mas distribuída para outra Vara Federal, seja alvo da mesma decisão, por prevenção. Procurada, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que vai recorrer da decisão. ●

Auxílio-moradia

Justiça mais cara do Brasil, mais dispendiosa que toda a justiça norte-americana, a Justiça do Trabalho terá em 2018 o total de R\$197,7 milhões para gastar apenas em "auxílio-moradia", ainda que os magistrados beneficiados tenham casa própria na cidade onde atuam. Tanto dinheiro para bancar esse privilégio único no mundo consta da Lei Orçamentária aprovada no Congresso e já sancionada.

12 JAN 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Eleições no tapetão

No próximo dia 24, muito provavelmente o TRF4 deve confirmar a sentença de Sérgio Moro que condenou Lula à prisão. Líder em todas as pesquisas, o ex-presidente deve fazer valer de todos os recursos a que tem direito para manter sua candidatura à presidência da República. Isso significa que em outubro, quando o eleitor for às urnas, Lula ainda será elegível, no entanto, uma eventual vitória do petista deve ser contestada na Justiça.

O fardo de decidir a eleição presidencial no Brasil deverá ficar mesmo para o Supremo Tribunal Federal. Alguns ministros já manifestaram o desconforto de ter que decidir se o voto das urnas valeu ou não valeu. Este processo deve alongar a crise institucional que impede o Brasil de evoluir.

Paralelamente ao problema de Lula, outros candidatos bem cotados também devem enfrentar problemas com a Justiça. Como é o caso de Bolsonaro, segundo colocado nas pesquisas, que já está sendo acusado de enriquecimento ilícito. ■

12 JAN 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AGU defende no Supremo propaganda sobre reforma

Advocacia-Geral da União defende a legitimidade das campanhas oficiais

A Advocacia-Geral da União defendeu no Supremo Tribunal Federal (STF) a legitimidade das campanhas oficiais sobre a reforma da Previdência, cujo teor foi questionado pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em ação aberta em dezembro na Corte.

No parecer – redigido em dezembro, mas enviado apenas quarta-feira ao Supremo –, a AGU classifica os argumentos usados pela Procuradoria de “frágeis alegações”, defendendo que a ação seja arquivada.

Em ação direta de inconstitucionalidade aberta em 18 de dezembro, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a concessão urgente de liminar (decisão provisória) para impedir que uma suplementação de R\$ 99 milhões aprovada pelo Congresso no orçamento da Presidência para propaganda oficial fossem usados em uma campanha sobre a reforma da Previdência.

Isso porque, para Raquel Dodge, o teor da campanha do governo fere princípios da Constituição, por ter “feição de campanha estratégica de convencimento público”, em que não há “abertura à expressão, no mesmo canal publicitário, da pluralidade de opiniões e aos dados diferentes dos que o governo apresenta na campanha pública de persuasão”.